

Curitiba 14 de julho de 1988.

REF: IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE FERRO-LIGAS E FERRO-GUSA  
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

A implantação de usinas de ferro-ligas e ferro-gusa na área de influência do Programa Grande Carajás está se acelerando.

fonte?

Existem atualmente 22 projetos aprovados, dos quais 2 estão em funcionamento, 18 em construção e 2 começarão a funcionar este ano. Todos prevêm unicamente a utilização de floresta, isto é, de CARVÃO VEGETAL tirado da floresta nativa, como combustível - o que equivale ao consumo anual de 54 mil a 70 mil hectares de FLORESTA NATIVA. Grande parte da produção destes insumos siderúrgicos está voltada para exportação e os projetos estão sendo implantados com INCENTIVOS FISCAIS.

fonte?

Quatro aspectos devem ser observados na avaliação destes projetos:

1. AMBIENTAL.

- base institucional ~~aspecto~~ e

2. ECONÔMICO.

- polít. desenv. (mant. finan)  
- impacto econ./social/amb.

3. SOCIAL.

4. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO.

Do ponto de vista ambiental, trata-se de um impacto evidente sobre as áreas de florestas nativas com consequências sobre as áreas urbanas em função da poluição que os fornos irão provocar; trata-se de fornos de carvoejamento artesanais, daqueles que expõem partículas e resíduos sólidos no ar.

*e tuit? mat?*

*nao puzte*

Quanto ao aspecto econômico, a viabilidade dos projetos está assentada no fato ser o insumo mais barato o carvão vegetal tirado da floresta nativa, floresta que circunda as usinas e que está sendo devastada num veloz processo centrífugo de destruição irreparável a curto e médio prazos. Isto em nome da "redução dos custos de produção". Acontece que o preço de ferro-gusa, assim como o do ferro-liga, é baixo demais para colocar no mercado um produto que exija custos de produção elevados; quem paga a diferença é a floresta, num primeiro estágio, claramente depredador e irreversível pelas suas consequências, como veremos a seguir.

As consequências sociais deste desastre ambiental são evidentes: a disputa por áreas nas quais serão implantados os fornos artesanais serão fonte inesgotável de conflitos pela terra. Mas isso não terminaria por aqui, haverão de se agudizar as disputas preexistentes, numa área crescente ao longo da ferrovia.

Saúde, educação e recursos públicos serão esquecidos mais rapidamente em nome do desenvolvimento. Paradoxo entristecedor. A má utilização dos recursos públicos está destinada à devastação, como resultado das atuais políticas de desenvolvimento traçadas para a região.

Analisando todos esses aspectos um grupo de advogados ligados ao AJUP ( Apoio Jurídico Popular ), a SPDH ( Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos ) e o IEA ( Instituto de Estudos Amazônicos ) estão estudando a possibilidade de ser

OT 2

a possibilidade de ser desencadeada uma Ação Judicial que suspenda as usinas em funcionamento e impeça as novas de virem a funcionar. Pensa-se também na necessidade de ser desenvolvida campanha de opinião pública sobre a questão, caso seja decidida ação judicial. Com o objetivo de fundamentar a ação judicial e a campanha de opinião pública um dossiê analisando em profundidade os aspectos aqui apontados está sendo elaborado pelas ~~duas~~ instituições, com a contribuição de consultores para as diferentes áreas.

Há uma grande sensibilidade entre ambientalistas americanos e europeus sobre essa questão, uma vez que os recursos do Programa Grande Carajás tiveram origem nos empréstimos de organismos internacionais. Infelizmente, estes recursos já foram desembolsados não sendo mais possível exercer pressão sobre os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento a respeito dos projetos de ferro-liga e guseiros. Pode-se, no entanto, pressionar para que os demais recursos que estão sendo pleiteados junto ao BIRD ( International Bank for Reconstruction and Development ) não sejam concedidos até que se faça uma revisão nos planos siderúrgicos já mencionados acima. Essa é a proposta que está sendo analisada pelas entidades internacionais. Uma ocasião para ser discutida essa proposta será a reunião de ambientalistas que ocorrerá em setembro em Berlin, simultaneamente à Reunião Anual do Banco Mundial.

Consideramos importante o envolvimento do maior número possível de instituições e pessoas, desde o início desse processo. Para isso estamos propondo uma pauta de trabalho e o seguinte calendário:

1. Elaboração do Dossiê com consultores envolvendo as seguintes áreas: institucional, ambiental, legal, econômica e social. Prazo: 15 de agosto.
2. Reunião de entidades para discussão do Dossiê e das estratégias de ação.

Isto é, ação jurídica, de opinião pública e outras que forem consideradas necessárias. Prazo: 27 e 28 de agosto em São Paulo, local a ser confirmado .

3. Encaminhamento do Dossiê para ser apresentado na Reunião de Entidades em Berlin, como um dos pontos de pressão sobre o BIRD e a CEE ( Comunidade Econômica Européa ).

Sugestões, bibliografia, documentos que possam ser úteis para a realização da ação, devem ser encaminhados ao IEA aos cuidados de José Antonio Leytón D., estagiário de direito que assessora este Projeto. Informações podem ser solicitadas a ele no período da tarde. Em anexo endereços e telefones dos advogados e uma lista da bibliografia levantada até o momento.

Atenciosamente,

Mary Helena Allegretti  
Presidente - IEA

José A. Leytón D.  
Estagiário.